



COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF 14.507.191/0001-97 - Inscrição Estadual: 90.576.110-20



RELATORIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. AOS ACIONISTAS
A Administração da Costa Oeste Transmissora S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2016, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67, de 08 de junho de 2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento compreendidas pelo trecho de linha associado ao seccionamento da linha de transmissão 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama Sul, circuito duplo, com extensão aproximada de 7 km, pelas entradas de linha correspondentes na subestação Cascavel Norte e também os equipamentos necessários para as modificações nas Entradas de Linha da linha de transmissão 230 kV seccionada, cujo valor do O&M destes ativos já se encontra incluso no RAP do empreendimento Costa Oeste.

o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012, em 21 de maio de 2012.
4. DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO
Conforme Contrato de Concessão, Subestações e Linhas de Transmissão, a prestação do serviço de transmissão está sendo remunerada mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, sendo reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Table with columns: ATIVO, Nota, 31.Dez.16, 31.Dez.15, PASSIVO, Nota, 31.Dez.16, 31.Dez.15. Rows include Circulante, Não circulante, and Total do Ativo/Passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
de Concessão nº 001/2012 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 26 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial de 27 de dezembro de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de Transmissão caracterizadas no Anexo 6E do Edital do Leilão nº 04/2011 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity components: Capital Social, Reserva Legal, A realizar, Retenção de Lucros, Lucros a Disposição da AGO, Lucros Acumulados, Patrimônio Líquido Total for 2014 and 2015.

3.1. Aquisição de Resultado.
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.
3.2- Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes
No Balanço Patrimonial circulantes e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Table of income statement items: Transmissão, Receitas Operacionais, Deduções, Receita operacional líquida, Lucro bruto, Despesas operacionais, Lucro antes do resultado financeiro e impostos, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Lucro do Exercício, Lucro por Ação.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Table of cash flow items: Fluxo de caixa das atividades operacionais, Ajustes por: Imposto de renda e contribuição social, Aumento (redução) no passivo: Fornecedores, Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais, Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, Fluxo de caixa de atividades de investimento, Caixa líquido das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Caixa líquido das atividades de financiamento, Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa.

3.3- Compensações Entre Contas
Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.
3.4- Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos.
3.5- Instrumentos Financeiros
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.
Instrumentos financeiros
3.5.1- Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.
Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Table with columns: Resultado do exercício, 31.Dez.16, 31.Dez.15. Rows include Lucro do exercício and Resultado abrangente do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS
A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. é uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 14.507.191/0001-97 e NIRE - Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 41 3 0008323 1 em sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua Comendador Araújo nº 143 - 19º andar, bairro Centro, CEP 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.
Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato

Continuação de informações das demonstrações financeiras, incluindo detalhes sobre a concessão, estrutura de custos, e procedimentos de auditoria.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração Social deve avaliar o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entram em operação.

Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão
A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão.

Demais ativos circulares e não circulares
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5.2 - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: "fornecedores" e "outras contas a pagar".

Passivos circulares e não circulares

São demonstrados aos valores de custo ou realização, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.5.3 - Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido de capital de reserva e em função de aquisição de ações e opções de ações são reconhecidas como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

3.6 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida pró-rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.7 - Forma de tributação

A concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL. A alíquota do IRPJ é de 15% incidente sobre uma base de cálculo correspondente à soma da base de cálculo sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas, enquanto que o Adicional de IRPJ é de 10% incidente em 10% sobre essa mesma base que exceder a R\$ 20 mil reais mensais. A alíquota da CSLL é de 9% incidente sobre uma base de cálculo arbitrada correspondente a 12% sobre as receitas decorrentes das operações da Empresa, acrescidas das demais receitas.

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9 - AFAC - Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital estão sendo efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

3.10 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.dez 2016	31.dez 2015
Banco conta movimento e Fundo Rotativo de caixa	26	31
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.397	5.984
	4.423	6.015

Conta garantia - financiamento

	1.660	1.480
As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recompra-lo, e do comprador de revende-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas à taxa de 100,5% da variação do Índice de Câmbio Interbancário - CDI em 31.12.2016.		

NOTA 5 - CLIENTES

Em agosto de 2014 a Companhia iniciou sua entrada em operação comercial. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, emite, a partir do mês de entrada em operação, avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos - AVC - mensalmente, provenientes do contrato CPST n.º 014/2012. Deste AVC emitido pelo ONS, incidem os encargos setoriais, tais como: Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (1% da Receita Operacional), onde subdividem-se em: P&D (40%), Manutenção e Energia - M&E (20%) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (40%); Reserva Global de Reversão - RGR (2,6% da Receita Operacional); e Taxa de Fiscalização ANEL (0,4% da Receita Operacional).
2.3 - sendo assim, atendidos os termos contratuais.

ANEXO I - Contrato BNDES

Faturamentos		31.dez 2016	31.dez 2015
Em R\$ Mil			
a Vencer		1.178	1.256
de 1 a 30 dias		30	5
de 31 a 60 dias		2	0
de 61 a 90 dias		2	0
acima de 90 dias		34	10
		1.246	1.273

O faturamento dispõe um convenio de ICMS, emitido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, de número 117/04 e suas alterações, que atribui ao agente transmissor de energia elétrica, a dispensa da emissão de Nota Fiscal para os valores ou encargos pelo uso do sistema de transmissão.

NOTA 6 - ATIVO FINANCEIRO E IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	31.dez 2016	31.dez 2015
Ativo financeiro - amortizável RAP	132.602	112.889
(-) Amortização do Ativo financeiro	(27.464)	(15.298)
Ativo imobilizado	13	14
Intangível	78	29
	105.226	97.633

Curto Prazo

	4.178	3.730
Longo Prazo	100.961	89.070

PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FUNDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Maeli Auditores, emitido em 03 de fevereiro de 2017, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e baseado-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no Relatório da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2017.

Eomar Antonio Concato
Presidente do Conselho Fiscal

Mariaboa dos Santos Coelho
Membro do Conselho Fiscal

Josiane Rodrigues Morais
Membro do Conselho Fiscal

(f) A amortização do ativo financeiro iniciou-se em 2015.

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICP-01 R1/IFRIC12, pois a COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere o controle efetivo do direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Os bens que compõem o imobilizado referem-se a móveis e utensílios utilizados na administração. O serviço de utilização foi iniciado no início de setembro para atender o manual do setor elétrico e finalizou-se em dezembro de 2014.

Foram contratados também:
- Seguros de Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento COSTA OESTE, conforme tabela de coberturas do seguro:

Coberturas	(R\$)Mil	31.dez 2016	31.dez 2015
Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos, Greves e Lockout), Raio, Explosão, Imposição e Fumaça.	13.665		
Danos Elétricos	2.500		
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	50		
Quebra de Máquinas	1.000		
Roubo e/ou Furto mediante arrombamento	200		
Despesas Extraordinárias	4.500		
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	500		
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves.	500		

NOTA 7 - DEPÓSITOS VINCULADOS
Criado a conta reserva denominada depósitos vinculado. É a garantia exigida no contrato de financiamento do BNDES, onde mensalmente foram transferidos 30% da arrecadação para esta conta garantia, chegando no limite de três parcelas de amortização mais juros do financiamento em dezembro de 2014, atualmente a conta garantia está atendendo a regra.

	31.dez 2016	31.dez 2015
Conta garantia - financiamento	1.660	1.480

NOTA 8 - FORNECEDORES

Comprende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31.dez 2016	31.dez 2015
Fornecedores de materiais	-	1.116
Fornecedores de serviços	34	695
Pagamento ações judiciais	879	
	913	1.811

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS

	31.dez 2016	31.dez 2015	Valor Liberado	Encargos Juros	Parcelas Qtde.
BNDES Sub-crédito A - TJP	25.148	28.873	27.634	1,95% a.a. + TJP	168
BNDES Sub-crédito B	5.386	6.184	9.086	6,88% a.a.	106
	30.534	33.056	36.720	3,5% a.a.	274

Curto prazo

	3.110	3.067
Longo prazo	27.425	29.989

Taxa média mês 0,69% 0,65%

O financiamento do BNDES de número Decisão de Diretoria de 1222/2013, de 03 de dezembro de 2013, para abertura de crédito no valor de R\$ 36.720 (trinta e seis mil, setecentos e vinte mil e quatrocentos reais), dividido em 2 (dois) Subcréditos nos seguintes valores e prazos:

1. Subcrédito "A": R\$ 27.634, (vinte e sete mil, seiscentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) em 168 (Centos e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
2. Subcrédito "B": R\$ 9.086, (nove mil e oitenta e seis mil reais) em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.
Os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "A" incidirão juros de 1,95% do saldo devedor remunerado, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5%. No período a taxa média mês percebido em 1,51%. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL Ge e ELETROSUL, acionistas da Costa Oeste, dão em garantia em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Costa Oeste.

ICSD - ÍNDICE DE COBERTURA SOBRE O SERVIÇO DA DÍVIDA

Nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES nº 13.2.1221.1, apresentamos a seguir o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD), calculado de acordo com as premissas estabelecidas no anexo I ao contrato de financiamento, que tem como finalidade medir a capacidade de pagamento do serviço da dívida com relação ao EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). O índice apresentado para o período findo em dezembro de 2016 foi de 2,3 - sendo assim, atendidos os termos contratuais.

ANEXO I - Contrato BNDES
ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida
(valores expressos em milhares de reais)

Os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5% do saldo devedor remunerado, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "A" incidirão juros de 1,95% do saldo devedor remunerado, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5%. No período a taxa média mês percebido em 1,51%. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL Ge e ELETROSUL, acionistas da Costa Oeste, dão em garantia em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Costa Oeste.

ANEXO I - Contrato BNDES

ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida
(valores expressos em milhares de reais)

Os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5% do saldo devedor remunerado, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "A" incidirão juros de 1,95% do saldo devedor remunerado, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e os juros sobre o principal da dívida relativos ao subcrédito "B" incidirão juros de 3,5%. No período a taxa média mês percebido em 1,51%. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL Ge e ELETROSUL, acionistas da Costa Oeste, dão em garantia em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Costa Oeste.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. - Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (COMPANHIA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à COMPANHIA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com os demais requisitos éticos de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da COMPANHIA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, com base no trabalho realizado. Concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

	01/01/2016 a 31/12/2016	01/10/2015 a 30/09/2015
a) Geração de Caixa da Atividade	11.528	17.538

(+) Disponibilidade (cx/ex/cx) final no período imediatamente anterior

	6.015	3.243
LAJUDA (EBITDA)	6.142	14.826
(-) Pagamento de Imposto de Renda	(390)	(390)
Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(238)	(241)

b) Serviço da Dívida

	5.118	5.152
(+) Amortização do Principal	2.865	2.274
Pagamento de Juros	2.253	2.878

c) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a + b) / c

	2,3	3,4
LAJUDA (EBITDA) compõe:	6.142	14.926
(+) Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda	15.880	20.232
(+) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	1.213	1.208

(+) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo

	19	17
(+) Depreciações e Amortizações		
(+) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversões de perdas anteriores		
(+) Resultado com operações descontinuadas		

(+) Margem de construção (receita de construção - custos de construção)

	(1.302)	(1.140)
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão	(18.931)	(11.122)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com transmissão de energia elétrica	(2.488)	(7.726)

(+) Receita Anual Permitida no exercício - RAP - (menos deduções da RAP)

	12.404	13.734
(+) Outros Ajustes	(654)	(1.558)

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	31.dez 2016	31.dez 2015
Impostos e contribuições sociais	93	210
Folha de pagamento, líquida	101	223

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 46.850.000,00 (quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta mil reais), dividido em 46.850.000 (quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal
A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício em receitas provenientes dos ativos financeiros e da operação pelo uso do sistema de transmissão foram superiores aos custos/despesas.

A reserva de lucro a realizar foi constituída para não distribuir dividendos obrigatórios e não realizados durante as demonstrações financeiras (apesar de contábil e economicamente realizada) pela companhia.

Destinação do Lucro do Período
O lucro do exercício, neste ano, evidenciou as mutações nos resultados acumulados, onde as receitas provenientes dos ativos financeiros e da operação pelo uso do sistema de transmissão foram superiores aos custos/despesas.

	31.dez 2016	31.dez 2015
Lucro do período	14.926	14.719
Prejuízo do exercício 2015	5%	5%
Reserva legal	(723)	(736)
Constituição de reserva legal	(3.731)	(3.983)

Dividendos propostos
Lucro a disposição da assembléia

	10.298	10.487
NOTA 12 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
Nas receitas na operação da Companhia, o recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada.	31.Dez.16	31.Dez.15

Transmissão
Receita de operação e manutenção atualizada da taxa de retorno - transmissão

	2.488	3.856
Receita de construção	18.931	17.722
Receitas Operacionais	21.418	21.578

Deduções
(-) Encargos setoriais (532) (469)
(-) PASEP e COFINS (465) (475)

Receita operacional líquida

	20.433	20.433
Curitiba, 11 de janeiro de 2017.		

DIRETORIA EXECUTIVA
Alfonso Schmitt
Diretor Presidente

Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITÓRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentro outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017.

MACIEL AUDITORES